**AGRICULTURA FAMILIAR NO PARÁ E AS LIMITAÇÕES DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)**
***FAMILY AGRICULTURE IN PARÁ AND THE LIMITATIONS OF THE PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)***

Autor: Severino Félix de Souza

Filiação: Doutorando em Ciências Econômicas pela UFPa.

E-mail: ssouza@fep.up.pt

Autor: Armando Lírio de Souza

Filiação: Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: lorio@ufpa.br

Autor: Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Filiação: Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: ricardobns@ufpa.br

Autor: Maria da Conceição Pereira Ramos

Filiação: Faculdade de Economia do Porto, Universidade do Porto, Portugal

E-mail: cramos@fep.up.pt

Agricultura familiar e ruralidades (GT05): <<nº e título do GT>>

Resumo

A agricultura familiar apresenta grande relevância para o Brasil, principalmente no que tange a produção de alimentos. Nesta perspectiva, buscou-se analisar a evolução da agricultura familiar no estado do Pará e a realidade atual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir de uma metodologia quantitativa de um estudo de caso, verificou-se que na contramão do Brasil que teve o número de estabelecimentos agrícolas diminuídos, a região Norte e o estado do Pará apresentaram acréscimo nesses números, se comparados com o Censo de 2006, entretanto, é perceptível o abandono do PNAE, o que pode enfraquecer ainda mais esta categoria, principalmente se comparado a setores como o agronegócio, mesmo este setor sendo produtor de monoculturas

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Pará, PNAE, Alimentação Escolar

Abstract

The family farming has great relevance for Brazil, especially with regard to food production. In this perspective, we sought to analyze the evolution of family farming in the state of Pará and the current reality of the National School Feeding Program (PNAE). From a quantitative methodology of a case study, it was found that, in the opposite direction of Brazil, which had the number of agricultural establishments reduced, the North region and the state of Pará showed an increase in these numbers, when compared with the 2006 Census, however, the abandonment of the PNAE is perceptible, which can further weaken this category, especially when compared to sectors such as agribusiness, even though this sector being a producer of monocultures.

Key words: Family Farming, Pará, PNAE, School Feeding

1. Introdução

A agricultura familiar tem grande importância tanto para quem consome os seus produtos, quanto para quem produz. Dentro desta perspectiva, Brasil (2006) destaca que para se enquadrar na categoria de agricultura familiar a propriedade deve apresentar uma área de até quatro módulos fiscais, ter as atividades gerenciadas pela própria família e ter a família como a maior parte da mão-de-obra empregada na produção.

O Censo Agropecuário é capaz de mostrar a realidade e mapear a agricultura familiar no Brasil. Segundo BRASIL (2019b), enquanto no segmento da agricultura familiar houve um decréscimo de 9,5%, 17,6% e 0,5% no número de estabelecimentos, pessoal ocupado e área, respectivamente, no segmento da agricultura não familiar houve um acréscimo de 35%, 16,4% e 7,1% no número de estabelecimentos, pessoal ocupado e área, respectivamente, em 2017, comparado com o Censo Agropecuário de 2006.

Porém, de forma contrária, a Região Norte apresentou um crescimento no número de estabelecimentos agropecuários, se comparando o Censo de 2006 com o de 2017. Na mesma direção, o estado do Pará também apresentou uma evolução positiva no número de estabelecimentos agropecuários em 2017 comparados ao número estabelecimentos agropecuários em 2006 (BRASIL, 2019b). Os estabelecimentos relacionados a agricultura familiar passaram de 412.666 em 2006, para 480.575 em 2017, na Região Norte. Em relação ao estado do Pará, a evolução também foi positiva, passando de 195.985 estabelecimentos em 2006, para 239.737 estabelecimentos em 2017.

Por se tratar de um país de tamanho continental, é possível encontrar várias realidades e dinâmicas diferentes na agricultura familiar no Brasil. Alguns autores traçam suas definições e realidades a partir de uma homogeneização com a categoria da agricultura familiar, como se a mesma dinâmica fosse identificada nas regiões sul e sudeste do Brasil e tivéssemos as mesmas condições históricas na Amazônia.

Nesta perspectiva, Hurtienne (2005) aponta que os conceitos da agricultura camponesa e familiar são usados como sinônimos, pois ambos se referem à predominância da força de trabalho familiar em sua produção, bem como, à indivisibilidade de decisões de produção e consumo. Para o autor, essa diferença existente entre camponeses e agricultores familiares normalmente é utilizada para distinguir a agricultura do Norte, com poucos insumos externos, da agricultura presente no Sul, que é mais capitalizada. Desta forma, a discussão sobre esse sistema de uso da terra na Amazônia ficou presa a conceitos puramente inadequados.

Em meio a toda essa diferenciação e distintas realidades, a agricultura familiar conta com programas de fomento. Um exemplo desses programas é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que junto com outras políticas públicas para a promoção desta categoria de agricultores, é visto como forma de potencializar a produção e até mesmo promover ganhos econômicos aos agricultores.

O PNAE é considerado um dos maiores programas do mundo, no tocante a alimentação escolar. De acordo com Avila, Caldas e Assad (2013), o PNAE teve origem ainda na década de 40, passando por diversas alterações até chegar na sua atual forma de atuação. No ano de 2009, o programa passou a ser regulado pela Lei nº 11.947, com uma determinação importante: pelo menos 30% da compra de produtos da alimentação escolar, deverão ser originários da agricultura familiar.

Mesmo com toda sua importância, a agricultura familiar conviver com a concorrência forte de setores do agronegócio, na disputa pelo acesso aos recursos do fundo público. A agricultura empresarial recebe a grande maioria dos investimentos do governo federal disponibilizado ao crédito agrícola, apesar da produção deste setor ser intensiva na produção de monocultura para exportação, principalmente de soja e milho. A contribuição desse setor para a produção de alimentos é restrita a pouco produtos.

Esta realidade demonstra a necessidade de direcionar uma atenção cada vez maior para a característica da dinâmica da agricultura familiar, seja pela sua importância na produção de alimentos saudáveis para mesa das famílias brasileira, seja pela oferta diversificada de produtos agrícolas. Essas características são fundamentais para a promoção de uma agricultura sustentável e inclusiva.

Este trabalho busca analisar a evolução da agricultura familiar no estado do Pará e a realidade atual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Desta forma, buscou-se dividir em algumas seções, além desta introdução. A segunda seção, trata-se da forma metodológica que o trabalho foi construído, seguido dos resultados e discussão sobre a evolução da agricultura familiar paraense e o abandono do PNAE, trazendo por fim, as considerações finais.

2. Metodologia

Para a sequência deste trabalho a metodologia utilizada será realizada a partir de uma pesquisa quantitativa, que diferente da metodologia qualitativa, os resultados podem ser quantificados e representa o retrato real da população pesquisada, como afirma Fonseca (2002, p. 20 apud Silveira & Cordóva, 2009):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa.

Desta forma, como o alvo do trabalho é o estado do Pará, é possível remeter também a um estudo de caso, pois, a pesquisa será em apenas um dos estados do Brasil. O estudo de caso é um tipo de pesquisa bastante utilizada nas ciências sociais e segundo Gil (2002, p. 54), pois:

Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos [...] é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real.

Por fim, o objetivo é apresentar um exercício metodológico assentado nas bases de dados secundárias disponíveis sobre o tema agricultura familiar e os dados presentes no sistema de informação do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre as transferências financeiras e informações sobre a evolução e abrangência do PNAE, no Brasil.

3. Resultados e Discussão

Apesar da importância da Agricultura Familiar para o Brasil, é notório a distinção dada em relação a investimentos, desenvolvimento de programas e de políticas públicas para o setor. É notório também a diferença do que se espera na concepção do PNAE, com o que se obtém na sua execução. A execução do programa está longe de alcançar o que se espera da sua concepção. No gráfico 1, é possível ver a evolução das compras dos Municípios Brasileiros. Apesar do índice de municípios que não fazia compra nenhuma da agricultura familiar ter diminuído, ou mesmo o crescimento do percentual de municípios que realizam a compra acima dos 30%, ainda é grande os índices de municípios, cerca de 40%, que comprem menos que o exigido pela lei 11.947/2009, mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar.

Gráfico 1 – Evolução das Compras dos Municípios Brasileiros, Recursos do PNAE - Brasil (2011-2015)

Fonte: Dados do FNDE. Elaboração do autor.

O Brasil apresenta um elevado déficit nutricional e grande parte dos grupos expostos a insegurança alimentar são os mesmos que apresentam exposição a diversos outros fatores característicos de uma situação ou estado de vulnerabilidade (ALIAGA et al., 2020), portanto, urge construir políticas públicas que fortaleçam o acesso a alimentação saudável e apoie as estratégias socioprodutivas da agricultura familiar.

No gráfico 2, observa-se a distinção dos valores aplicados na agricultura familiar e no agronegócio, anualmente. É possível perceber que os investimentos para o setor do agronegócio são bem superiores, o que demonstra interesses desiguais no fomento as políticas para cada setor. Um dado importante explicitado no gráfico 2, é que em apenas no ano de 2013/2014 o valor contratado foi maior que o valor disponibilizado para a agricultura familiar, diferente do que aconteceu com os recursos para o agronegócio, em que por diversos períodos, o valor contratado foi maior que o valor disponibilizado.

Gráfico 2 - Crédito Rural Disponibilizados e Executados pela Agricultura Familiar e pelo Agronegócio, entre os anos de 2003 a 2019, Brasil

Fonte: Brasil (2019c). Elaborado pelo autor.

No quesito geração de empregos, de acordo com Neder e Mesquita (2019) ao analisar os números de ocupações por unidade de área ocupada (hectare), é perceptível que a criação de

emprego do setor do agronegócio exportador e de outros setores da agricultura apresentam realidades totalmente diferentes. Portanto, isso justifica os questionamentos sobre a diferenciação dos investimentos entre ambos. De acordo com os autores supracitados, para a produção de soja, os indicadores são de 5 (cinco) ocupados por 1000 hectares, em comparação com a fruticultura que gera 137 (cento e trinta e sete) ocupados por 1000 hectares ou a mandioca que gera 1014 (mil e quatorze) ocupados por 1000 hectares.

No gráfico 3, é possível observar a comparação entre a evolução do Censo 2006 para o Censo 2017, em relação ao número de estabelecimentos agropecuários. Observe que apenas as regiões Norte e Centro Oeste tiveram evoluções positivas, com 16% e 3%, respectivamente. As demais regiões, Nordeste, Sudeste e Sul, tiveram decréscimo no número de estabelecimentos agropecuários, -16%, -2% e -23%, respectivamente, com destaque para o percentual negativo do Sul, que chegou a ser maior que o resultado consolidado do Brasil, com -11%. Em números absolutos, esta evolução da região Norte correspondeu a passagem de 412.666 estabelecimentos agropecuários em 2006 para 480.575, estabelecimentos agropecuários em 2017.

Por um lado, quando se volta as atenções para os estados da Região Norte, por ter sido aquela maior aumento no número dos estabelecimentos agropecuários, o detalhamento dos dados confirma a evolução positiva para a maioria dos estados que compõem a região, conforme a tendência geral da região. Observem o gráfico 4, ele confirma a assertiva anterior. Por outro lado, é possível perceber que houve está tendência também no Censo Agropecuário de 2006, portanto, tem sido constante este crescimento, pela característica tradicional de fronteira agrícola e ampliação do assentamento e deslocamento de populações de outras regiões, particularmente na área rural, por meio da instalação de empreendimentos agropecuários empresariais, ou mesmo pela expansão dos projetos de assentamentos da reforma agrária e outros.

Gráfico 3 – Evolução do Número de Estabelecimentos Agropecuários (2006-2017) por Grande Região, Brasil, 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2006/2017. Elaboração do autor.

Em percentual, o estado de Roraima foi quem obteve a maior evolução, chegou a um aumento de 47%, o que equivale a um incremento de 4.205 novos estabelecimentos. Já o estado do Pará, que ficou em terceiro em relação ao aumento percentual com 22%, obteve um acréscimo de 43.779 novos estabelecimentos agropecuários, evoluiu de 195.985 estabelecimentos agropecuários, em 2006, para 239.737 estabelecimentos agropecuários, em

2017. Isso também é um demonstrativo, por ser um estado de grande extensão territorial, do impacto ambiental gerado no estado, e na região, em termos de área ocupada.

De acordo com o gerente do Censo Agropecuário 2017, Antônio Florido, esse incremento no número de novos estabelecimentos agropecuários na Região Norte, conforme expresso no gráfico 3, aconteceram principalmente por se tratarem de estabelecimentos alocados nas fronteiras agrícolas. Apenas no estado de Rondônia, é que a evolução foi negativa, houve um decréscimo de -1% no número de estabelecimentos, o que corresponde a uma diminuição de 836 estabelecimentos. No caso do decréscimo ocorrido na Região Nordeste, o gerente do IBGE, avalia a possibilidade que tenha sido ocasionado pelo envelhecimento dos produtores, sem a devida substituição desta força de trabalho, como também, pela intensidade da seca que aconteceu no período antes do Censo Agropecuário 2017, que gerou o abandono de muitos estabelecimentos, na região (BRASIL, 2019a).

Outros aspectos identificados na comparação entre os dados do Censo Agropecuário 2006 e 2017, relativos aos estados da Região Norte, podem ser observados, a seguir no gráfico 4, com destaque para a análise das informações sobre o estado do Pará.

Gráfico 4 – Evolução do Número de Estabelecimentos Agropecuários (2006-2017) por estados da Região Norte, Brasil 2017.

Fonte: Censo Agropecuário 2006/2017. Elaboração do autor.

É evidente, no gráfico 4, a importância do estado do Pará, em termos absolutos, na ocupação de área por estabelecimentos agropecuários. Além disso, outros dados reforçam essa importância e complexidade da questão: no quesito sócio demográfico, o Pará apresenta 80% do pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário, do sexo masculino, sendo 20% do sexo feminino, sendo que a maioria dos homens apresentam idade entre 45 e 54 anos, já a maioria das mulheres, apresentam idade entre 35 e 44 anos; em relação a escolaridade, o maior percentual apresentado é de 33,68%, com ensino fundamental ou 1º grau, com apenas 2,83% com ensino superior; 81% do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias apresentam parentesco com o produtor, forte presença da agricultura familiar (BRASIL, 2019b).

Para a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), os agricultores fazem parte de uma cadeia produtiva, correspondente a cerca de 40% da economia do estado paraense (PARÁ, 2017). Observa-se que das 12 cadeias produtivas do Programa Pará 2030¹,

¹ O Programa Pará 2030, é um programa lançado pelo governo do estado do Pará, em 2016, que visa elevar, de forma sustentável, os níveis de produção e industrialização, priorizando a verticalização da produção e diversificando a economia. Este programa aponta cerca de 140 mil unidades produtoras pertencentes à agricultura familiar do Estado do Pará (PARÁ, 2017).

há o destaque, para a produção do açaí, da mandioca, do cacau, de cítricos e do dendê. Em termos econômicos, as projeções equivalem a R\$ 14,9 bilhões, o que representa quase 10,2% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, para o ano de 2018 (PARÁ, 2019).

Ao situar o estado do Pará no contexto do Brasil, observa-se o seguinte: de acordo com dados do Censo Agropecuário 2017, a população ocupada no país, em estabelecimentos agropecuários, corresponde a pouco mais de 15 milhões de pessoas, cerca de 7,5% da população em idade economicamente ativa. A região Norte apresenta o quarto maior percentual entre as regiões (13%), atrás da região Sul, e Centro Oeste, com 16% e 21% respectivamente (BRASIL, 2017); a Região Nordeste, aparece como a região que conta com a maior população ocupada em estabelecimentos agropecuários, com 42,2%, desses 15 milhões.

Em um panorama geral, o Brasil apresenta de acordo com o censo Agropecuário 2017, um total de 5.073.324 estabelecimentos rurais, com área total de 351.289.816 hectares. Deste total, 281.699 estabelecimentos, cerca de 5,5%, estão localizados no estado do Pará, o que corresponde a 28.419.453 hectares cultivados. Desses 281.699 estabelecimentos recenseados, 85% foram classificados como pertencentes à agricultura familiar. Este número é considerado um valor acima da média nacional de 76,8%

No tocante a produção no estado do Pará, o Censo Agropecuário 2017 demonstra as seguintes informações, com indicação de produtos da lavoura temporária, como: a batata inglesa, com 573 mil toneladas, o feijão, com 12,8 mil toneladas, o arroz, com 102,4 mil toneladas e a mandioca com 1 milhão de toneladas produzidas; Já em relação a lavoura permanente, produtos como o açaí, a banana, laranja e a pupunha apresentam uma produção de 241 mil toneladas, 48 mil toneladas, 48,7 mil toneladas, 2 mil toneladas, respectivamente (IBGE, 2019).

Produtos como a banana, o açaí, e o arroz, que são produtos utilizados diretamente na produção da alimentação escolar dos alunos da rede pública de ensino, movimentaram cerca de R\$ 58 milhões, R\$ 475 milhões, R\$ 80 milhões respectivamente, envolvendo um total de aproximadamente, 56 mil estabelecimentos, o equivalente a 176 mil hectares de área colhida, no Pará (IBGE, 2019).

Esses produtos devem ser utilizados na produção da alimentação dos alunos matriculados na rede pública de ensino e devem seguir as diretrizes determinadas pelo FNDE, que tem como base o Plan PNAE. Este plano foi elaborado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (Cecane UFG), em parceria com a COSAN. O Plan PNAE busca apoiar os nutricionistas que atuam junto ao PNAE, e auxiliar na formação de cardápios alinhados a legislação do programa, assim proporcionar alimentação saudável e de qualidade (BRASIL, 2018).

No entanto, ainda é possível encontrar realidades diferentes, como aponta o estudo de Leão et al., (2019), que constataram um número baixo de nutricionistas para atender as necessidades do município de Moju, no nordeste paraense. Dentro dos gargalos desse município, foram encontrados cardápios inadequados com valores insuficientes de fibra, energia e micronutrientes, como também, a baixa oferta de frutas e hortaliças, com grande presença de doces.

Contudo, apesar da importância da agricultura familiar em paralelo a esse choque de realidade, em um âmbito geral, este segmento vem sofrendo um declínio, no Brasil, se comparado com o Censo Agropecuário 2006, ou seja, em termos nacional, a agricultura familiar encolheu, reduzindo 9,5% no número de estabelecimentos, conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017 (BRASIL, 2017).

Em decorrência da importância, a agricultura familiar paraense deveria apresentar uma participação relevante na complementação alimentícia básica da alimentação escolar. A

Secretaria de Estado e Educação (Seduc) tem divulgado que o fornecimento de alimentos saudáveis adquiridos da agricultura familiar, já abastecem as mais de 300 unidades de escolas da rede públicas estadual da Região Metropolitana de Belém (PARÁ, 2017).

Contudo, Gabriel et al., (2013), demonstraram que na capital paraense, foram encontrados cardápios padronizados para as escolas, com baixa oferta de frutas e hortaliças, como também com baixa presença de alimentos regionais. Isso demonstra a falta de uma avaliação sistemática da alimentação escolar no município de Belém. Cenários como esse, dificultam o alcance da execução do PNAE, da forma em que se busca na sua concepção.

No entanto, segundo o PARÁ (2016), a agricultura familiar tem condições de apresentar relevância em termos de PIB e emprego, desta forma, programas governamentais teriam o objetivo de aumentar tanto a área plantada quanto a produtividade. Segundo as projeções do PARÁ (2016), os cultivos mais expressivos em sua maior parte, são oriundos das propriedades familiares, correspondem em alguns municípios, até 63% da área municipal total, e apresentam receita total de R\$ 4,3 bilhões, em 2013, com projeção de R\$ 6,9 bilhões em 2030. Isso poderá gerar um impacto final com o efeito total no PIB e na massa salarial de R\$ 1,8 e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente.

Programas como o PNAE, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são responsáveis por garantir o fornecimento de alimentos como o feijão, banana, laranja, abacaxi, temperos, couve, entre diversos outros tipos de alimentos, que constituem cerca de 50% do cardápio alimentar dos diversos estudantes atendidos pelos programas em suas escolas no estado do Pará, assim a oferta desses produtos abrange diversas famílias de agricultores familiares (ADEPARÁ, 2017).

Na tabela 1 é possível observar a participação da agricultura familiar dentre os diversos produtos utilizados na merenda escolar e que são cultivados no estado do Pará. Há destaque para a produção da mandioca, com 91,1% sendo produzida pela agricultura familiar. Produtos de culturas tradicionais na região e no estado também apresentam grande participação da agricultura familiar em sua produção, como é o exemplo do açaí e do cupuaçu, com 79,2% e 66,2%, respectivamente.

Tabela 1 – Participação da Agricultura Familiar em alguns Produtos Utilizados na Alimentação Escolar – Estado do Pará – 2019

Produto	Produção Total	Produção Familiar	Participação da Agricultura Familiar
Arroz em casca	102.422	21.755	21,2%
Feijão	12.850	8.583	66,8%
Milho em grãos	553.965	73.232	13,2%
Mandioca	1.041.822	949.527	91,1%
Banana	48.306	35.144	72,7%
Abacaxi	92.588	80.702	87,1%
Açaí	241.816	191.706	79,2%
Laranja	48.732	24.440	50,1%
Dendê	816.205	31.988	3,91%
Mamão	7.188	5.354	74,4%
Maracujá	6.306	5.416	85,8%
Cupuaçu	4.965	3.287	66,2%

Fonte: IBGE 2019, Censo Agropecuário 2017. Elaboração Própria.

Em números de ocupação, o estado do Pará apresenta quase 1 (um) milhão de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias – 979.648 mil, para ser mais exato. Este número

corresponde a aproximadamente 12% da população total do estado, que faz a gestão da produção de 647 milhões de litros de leite, 77 milhões de dúzias de ovos, 29,3 milhões de cabeças de aves e um efetivo bovino de 14,3 milhões.

Por outro lado, se a referência for a participação da agricultura familiar no total da produção agrícola paraense, a participação no conjunto de 100 culturas (permanentes e temporárias) apresentadas no Censo Agropecuário 2017, foi de 29,8%, porém, quando excluídas cultivos como a da soja, milho e da cana-de-açúcar desta lista, o valor da participação da agricultura familiar aumenta significativamente, passando para 83,3% (IBGE, 2019).

Esta informação é de grande relevância, pois, indica que excluída essas três culturas características do agronegócio, mais da metade da produção agrícola do estado do Pará provém do trabalho dos agricultores familiares, o que demonstra a grande importância socioeconômica do setor para a economia do estado.

Portanto, é plausível e relevante entender a agricultura familiar como fonte geradora de emprego e renda na Região Norte do Brasil. No entanto, na contramão deste movimento, Da Silva et al. (2020) verificaram um gargalo na importância desta atividade: apesar do número de estabelecimentos agrícola ter aumentado, a existência de agricultores familiares ou de organizações que apresentem CNPJ e sejam identificados com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) não tem acompanhado este aumento.

Este cenário, leva a crer que, mesmo que os agricultores familiares comercializem localmente seus produtos, estes números podem não ser contabilizados de forma oficial, pois não possuem os registros adequados para sua contabilização, o que pode diminuir o alcance do programa. Desta forma, uma melhor organização social, é capaz de potencializar a comercialização da produção realizada pelos agricultores familiares da região. No entanto, se não forem contabilizados e transformados em dados concretos do PNAE, poderá gerar redução no número de famílias atendidas e beneficiadas com o programa.

Segundo Da Silva et al (2020), a redução no número de famílias beneficiárias pode ser decorrente da falta de uma maior organização produtiva por parte dos agricultores e especialmente, da falta de comprometimento dos gestores municipais em realizar a compra dos alimentos que sejam provenientes da agricultura familiar do próprio município, ou até mesmo, por falta de fiscalização, uma vez que, de acordo com Cavalcanti e Ramos (2018), a Controladoria Geral da União (CGU) vem realizando auditorias em diversos municípios² sorteados, o que faz com que estes, apresentem melhores índices de aproveitamento do programa.

Ao realizar essa auditoria, os municípios auditados, chegam a ter uma oferta 75% maior, na alimentação escolar, do que municípios que não recebem auditoria. O processo supracitado pelos autores e a falta de fiscalização, tem gerado acesso ao PNAE em alguns municípios, por parte dos agricultores familiares, abaixo do recomendado pela legislação, na Lei nº 11.947/2009, contudo, com este sentido imperativo da ação dos órgãos de controle externo.

Na mesma direção, Silva et al. (2020) apontam para a maior possibilidade de acesso aos mercados institucionais quando as organizações que fazem parte da agricultura familiar são assistidas regularmente e obtém algum tipo de assessoria técnica pública, capaz de gerar maior qualidade nos serviços prestados, que aperfeiçoam a produção.

Outros problemas relacionados aos preços também são frequentes e aparecem como gargalos para o cumprimento da exigência da compra de pelo menos 30% da produção da agricultura familiar. Existem problemas do lado da oferta que considera o valor pago baixo,

² Em 2019, os municípios paraenses sorteados foram Goianésia do Pará e Medicilândia, já em 2020, Igarapé-Miri, Nova Timboteua e Tomé-Açu.

como pelo lado da demanda que não quer comprar um produto mais oneroso, se comparado ao atacado e varejo praticado no Ceasa. Em sua essência, a concepção presente no PNAE busca reter os recursos do Governo Federal nos municípios aos quais são aplicados. Isso aumenta a circulação de renda local, devido a alimentação escolar representar uma das principais demandas por parte do poder público, no entanto, valores mais atrativos fazem com que estes recursos migrem para outros municípios e até mesmo outros estados (FORNAZIER, 2014; SCHABARUM e TRICHES, 2019).

Desta forma, é necessário que sejam praticados, junto aos agricultores familiares, preços mais atrativos, justos, que não prejudiquem a instrumentalização do gasto público. Assim, evita-se que os recursos investidos em cada município sejam deslocados para outros locais, inclusive, outros estados. Este equilíbrio é um desafio, contudo, é primordial para o sucesso desta política de alimentação escolar e articulação local.

Estes problemas podem ir mais além, a partir do momento em que falte ações de assistência técnica e extensão rural, suporte técnico qualificado para os agricultores familiares e as diversas mudanças nas prefeituras³ que geram instabilidades políticas com a substituição por exemplo dos secretários de agricultura, que muitas vezes fazem um novo planejamento, interrompendo e/ou reformulando ações de secretários anteriores (COPETTI & TAVARES, 2016; DA SILVA et al., 2020).

Portanto, de acordo com dados da FAPESPA, a agricultura familiar no Estado do Pará precisa ser fomentada a partir de ações que apresentem as seguintes iniciativas: 1) difusão de um grupo de práticas que possibilitem o alto rendimento das atividades agrônômicas para gerar produção eficiente e contínua dos principais cultivos da agricultura familiar; 2) ampliação do acesso de pequenos produtores aos diversos canais de comercialização, a partir da ampliação de programas de compras públicas, para gerar a diminuição da dependência de atravessadores no processo de escoamento dos produtos; 3) melhoria no acesso ao crédito aos diferentes perfis de agricultores familiares, com criação de fundos para o investimento e melhoria de produtividade, com melhor gestão de risco; 4) melhorar a organização a partir de associações, cooperativas, etc, no sentido de impulsionar e fortalecer o alcance destas organizações produtivas; 5) melhorar tecnologicamente para propiciar o desenvolvimento ao negócio do pequeno produtor (PARÁ, 2016).

Contudo, o desafio vai além da oferta de alimentos. A visão produtivista presente no documento da FAPESPA não é suficiente para o alcance deste êxito, principalmente se as orientações apresentadas por um órgão do governo estadual não são absorvidas e executadas pelo próprio governo, particularmente, no que diz respeito a atendimento da demanda por assistência técnica e demanda por financiamento da produção e melhoria da infraestrutura de escoamento da produção. Além de ações regulares, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, algo em declínio nos últimos quatro anos no Brasil.

Assim, garantir a segurança alimentar, garantir o acesso a alimentação de qualidade e garantir que estes, sejam produzidos de maneira sustentável é o grande obstáculo, uma vez que segurança alimentar e desenvolvimento sustentável são desafios que se complementam, andam juntos, como afirmou Schneider (2016, p. 1):

It is also worth noting that huge numbers of people still live under conditions of food insecurity [...] Generally speaking, people are increasingly more reflective, demanding and vigilant. As there are claims for sufficient food

³ É importante ressaltar que estas mudanças fazem parte do processo político democrático, contudo, estes percalços podem gerar descontinuidade na governança pública, nas diversas esferas de governo, o que não é interessante para a sequência do programa.

supply to feed everyone, there is also a growing awareness that food should be produced using renewable energy, with decreasing use of chemical additives (pesticides). Food security and sustainable development are not opposites but, rather, complementary concepts.

Baseado neste cenário, o cooperativismo e o associativismo surgem como uma forma de organizar e fortalecer estratégias de comercialização, produção, entre outras. Pode-se amenizar ou mesmo em algumas situações, o papel do atravessador, muitas vezes dando mais autonomia ao agricultor familiar na negociação de forma direta do seu produto, o que pode baratear os custos para o consumidor final.

O resultado deste processo, dá-se a partir do momento em que várias deficiências que por ventura possam ser encontradas, sejam solucionadas com uma maior integração e cooperação na maior atuação das associações ou cooperativas, com a facilitação e a ampliação da comercialização dos agricultores familiares, uma vez que estes são vistos constantemente em situação desfavorável devido a atuação dos atravessadores, o que pode gerar oportunidades para homens e mulheres do campo (FAGOTTI, 2017; SANGALLI, et al., 2015; ROCHA, et al., 2018).

Porém, na realidade, o que se executa está longe de ser o que está na concepção dos programas voltados para a agricultura familiar. Ainda é possível encontrar muitos entraves no meio desse caminho, como por exemplo, o que cita Teo et al., (2020), quando mostraram que são encontrados ainda vários entraves na implementação da Lei nº 11.947/2009, como a resistência as mudanças, falta de assistência técnica qualificada e dificuldade na logística. O cenário encontrado, pode contribuir para o desenvolvimento de agricultores que estejam melhor estruturados, conseqüentemente, deixa-se de lado aqueles agricultores mais vulneráveis econômica e socialmente, que deveriam ser prioritários no acesso aos benefícios de políticas de inclusão socioprodutivas, conforme o padrão do PNAE.

Triches et al., (2019) mostraram que barreiras no planejamento da produção, burocracia, logística e a falta de comunicação são problemas ainda existentes para que os agentes envolvidos no processo possam cumprir o que exige a legislação. Do contrário, em municípios que existe uma melhor articulação, com participação e diálogo que geram parcerias entre agricultores, gestores, conselheiros e extensão rural, existe um melhor aproveitamento dos recursos, o que é mais evidente em médios e pequenos municípios.

Portanto, de acordo com Pedroso (2014), é de suma importância buscar o verdadeiro reconhecimento da agricultura familiar, como forma de considerar e entender a Agricultura Familiar como uma atividade econômica capaz de gerar impactos, que façam com que a expressão agricultura familiar passe a ter um significado mais concreto. Triches et al., (2019), evidencia que para isso, é necessário entender a importância das políticas públicas para a viabilização de mercados para a agricultura familiar, porém, estas políticas, só se tornam efetivas com a participação concreta dos agentes sociais.

De uma forma geral, Schneider (2016) explicita em relação as raízes dos agricultores, que muitos ainda possuem identidades camponesas, e que operam em suas atividades de acordo com o sistema de economia familiar. Porém, o autor supracitado, complementa que esses agricultores não são mais camponeses ou pequenos produtores, na medida em que sua reprodução social e econômica não é mais restrita às pequenas comunidades rurais ou a aldeias isoladas, sobretudo, a partir do momento em que eles passam a conviver e produzir em cooperativa.

Contudo, este cenário não faz com que estes agricultores estejam isentos de problemas e limitações, então, um novo nome ou uma nova terminologia não é capaz de alterar as condições

reais de vida dessas famílias, nem tão pouco sua identidade. Todavia, é necessário relativizar e destacar que o cenário amazônico é diferente do cenário do Sul do Brasil abordado por Schneider (2016). Na Região Amazônica, em sua maioria, as cooperativas ainda são bastante embrionárias, envolvem trabalhadores extrativistas, quilombolas, indígenas e produtores rurais de baixa renda, o que acarretam em diversos problemas para a execução de suas atividades.

Souza (2011) mostra que a partir da década de 1960 foram criadas as primeiras políticas de incentivo ao cooperativismo na Amazônia e que foram identificados pelo menos 6 (seis) estratégias de fomento, no entanto, essas tentativas eram feitas de forma equivocada, centrada em aspectos gerenciais. Esses projetos presenciavam os problemas generalizados, como crise nas cooperativas, inadimplência, ausência de titulação da terra, linhas de crédito inadequadas e um fator primordial, que era a falta de conhecimento sobre o cooperativismo. De maneira geral, os problemas enfrentados estavam relacionados principalmente ao processo de gestão e de educação cooperativista.

Esse tipo de problema pode gerar obstáculos, como afirmam Moraes e Schwab (2019), que em nível local, os alimentos da agricultura familiar até podem estar em circulação e serem consumidos, no entanto, nas cantinas das escolas públicas dos grandes centros urbanos, esse tipo de produto ainda não tem a relevância adequada e/ou desejada. Por isso, é importante ressaltar, que ainda existe um grande caminho a ser percorrido, no intuito de botar em prática todas essas ações, principalmente, quando se depara com a logística de transporte para escoamento da produção e entrega dos produtos cultivados pelo agricultor familiar, para atender o mercado interno.

No entanto, passado todo esse tempo, é possível perceber que muita coisa não mudou, muitos dos gargalos que diminuem a eficiência e a eficácia dos programas perpetuam-se, o que atenua o potencial presente da agricultura familiar, que tem plenas condições e capacidade para ser mais robusta. Porém, em um estado, como o Pará, suas particularidades, ainda é de um certo grau de dificuldade se enquadrar e atender o que exige a resolução da compra de pelo menos 30% da merenda escolar, dos alimentos providos da agricultura familiar.

Esse cenário de dificuldades e peculiaridades da Região Norte, podem ser observados também na atualidade, quando Da Silva et al (2020), demonstram ao versar sobre as particularidades de diversos municípios do estado do Pará, onde em época de pandemia do COVID-19, foram usados búfalos, apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e até mesmo aviões para que esses alimentos pudessem chegar aos seus destinos. Destinos esse que muitas vezes servirá para suprir a necessidade e ser a refeição de maior aporte calórico de muitos estudantes em vulnerabilidade social, da rede municipal de ensino. A pandemia mundial aprofundou as desigualdades regionais, a pobreza e a fome. Isso tudo já era presente anteriormente, face as profundas desigualdades sociais existentes no Brasil, recentemente, foram reveladas sua face mais cruel, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas.

Esse tipo de ação, só reforça os desafios encontrados em meio a tanta desigualdade, onde a falta de crédito, de assistência técnica, infraestrutura precária e diversos outros problemas persistem e perduram por diversas décadas. Isso arrefece o desenvolvimento da região e da categoria da agricultura familiar, em meio a realidade que aponta Costa (2021, p. 83), uma vez que “uma diversidade estrutural profunda marca a realidade rural amazônica”.

Portanto, é importante salientar que essa categoria, sobretudo na Região Norte, possui uma realidade singular, condizente com suas especificidades. Segundo Reis (2015), existe uma dinâmica própria, pois, várias gerações são encontradas ali, como testemunhas das mudanças acontecidas em seus territórios, o que cria e fortalece uma identidade única.

Sendo assim, é imprescindível reiterar a importância adquirida dos processos históricos de ocupação e pilhagem da Amazônia, ou seja, não é uma questão apenas de formular ou criar

receitas de governança. Todavia, determinados tipos de políticas públicas necessitam entender e atuar com base no processo histórico de ocupação do território, sendo claras em relação a seus objetivos no desenvolvimento regional.

Desta forma, em uma região repleta de desigualdades econômicas, reitera-se a necessidade e a importância do trabalho em equipe, com o objetivo de difundir o sentimento e as práticas de cooperação mútua para prefeitos, nutricionistas, agricultores, secretários de agricultura, entre outros agentes importantes para a realização plena do PNAE, que adquire lugar de política pública, no sentido de ir além e ultrapassar o rótulo de merenda escolar, para um contexto de segurança alimentar e nutricional e capaz de ser fonte regular de geração de trabalho e renda.

Para Costa (2005), o grande desafio para realizar um desenvolvimento da base agrária na Amazônia passa pela promoção da igualdade capaz de apresentar maior esperança em uma produção sustentável, que potencialize as qualidades da produção rural e do seu conteúdo histórico e social, protagonizado pela aproximação construtiva com os acúmulos de conhecimento formal e com o conjunto de saberes disponíveis.

É preciso o trabalho coletivo de todos os agentes envolvidos no processo, desde a produção dos alimentos, a fiscalização, até a fase de consumo dentro das escolas públicas, como também, são necessárias políticas públicas estruturadas que respeitem especificidades e características locais. Além disso, é preciso que haja assistência técnica adequada a cultura e identidade da agricultura familiar, com intuito de realizar conexões de saberes e difusão da cultura cooperativista e associativistas, com bases em concepções da Economia Solidária e voltadas para a inovação institucional e a inovação sociais como orientações centrais.

4. Considerações Finais

A importância da agricultura familiar é representativa em vários aspectos; econômico, sociocultural e ambiental. A oferta de alimentos saudáveis e de qualidade para os consumidores urbanos e rurais é fundamental para compor e revigorar a base alimentar regional e microrregional/territorial. Ampliar as possibilidades de venda direta ao consumidor (a) restabelece relações sociais, de confiabilidade, de autonomia e de cooperação entre os consumidores (as) e o produtores (as). Assim como, redefine as formas de sociabilidade e recupera os laços de reciprocidade e revigora as experiências coletivas e comunitárias.

No entanto, percebe-se a manutenção das distorções e distopias. Os privilégios garantidos ao agronegócio, em detrimento do apoio à agricultura familiar, representam a negligência governamental a um setor capaz de gerar ocupações, contribuir com a distribuição de renda, produzir de forma sustentável e outras contribuições para a sociedade. Os dados do Censo Agropecuário de 2017, evidenciam um alerta, ao demonstrar uma tendência de redução da agricultura familiar no Brasil. Contudo, a Região Norte está na contramão da tendência nacional, com o aumento do número de estabelecimentos agropecuários e de estabelecimentos da agricultura familiar, quando se comparam os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Apesar deste movimento contrário, o estudo também evidenciou o descaso e a limitação na execução de uma das principais políticas públicas, voltadas, na última década, para apoiar e fortalecer a agricultura familiar, o PNAE. A importância do PNAE não se restringe a alimentação dos alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino, mas possui repercussões de desenvolvimento local e territorial, quando exitoso em sua execução. Em termos gerais, há a manutenção de baixos índices de compra governamental de produtos da agricultura familiar. Assim como, a assimetria de acesso ao crédito rural e a falta de assistência

técnica rural adequada aos interesses culturais e a identidade das unidades produtivas familiares. Esses são alguns dos problemas identificados nesse estudo.

Destaca-se no caso do estado do Pará, que no volume total da produção agrícola a seguinte observação: segundo o Censo Agropecuário 2017, a participação da agricultura familiar no conjunto das culturas (permanentes e temporárias), foi de 29,8%. Contudo, se excluídos os cultivos de monocultura da soja, milho e da cana-de-açúcar desta lista, o valor da participação da agricultura familiar aumenta significativamente para 83,3%. Portanto, evidencia importância dessa categoria socioprodutiva.

Desta forma, é importante que medidas como o fortalecimento do PNAE, PAA e outras políticas públicas de inclusão socioprodutivas, sejam retomadas. Assim, pelo menos, seria possível mitigar os efeitos da falta de investimento e transferências financeira em relação a outros setores, reduzir as fragilidades na assistência técnica aos agricultores em geral, sobretudo, aos agricultores familiares. Por isso, é fundamental ampliar as ações de fiscalização promovidas pelos órgãos de controle externo, com a finalidade de garantir o cumprimento das regras previstas na Lei nº 11.947/2009. Certamente, isso resulta em aumento dos indicadores de compra governamental de produtos da agricultura familiar, conforme identificado na literatura.

Por fim, é central aos responsáveis pela governança pública reconhecer as especificidades de cada região e a territorialidade de cada unidade da Federação. Isso tem que ser considerado, em um país continental, como o Brasil. As realidades sociais, econômicas e ambiental são totalmente distintas. A partir das evidências constatadas neste estudo, é possível indicar orientações de melhorias na execução do PNAE, no entanto, por se tratar de um estudo de caso, é importante realizar estudos futuros mais amplos. Ou seja, pesquisas de maior fôlego e aprofundamento sobre a realizada das diferentes regiões brasileiras, capaz de gerar novas linhas de discussão e orientações ao aprimoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.

5. Referências

- ALIAGA, M. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, S. M. C.; TRAD, L. A. B. Avaliação participativa da segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de Salvador, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2595-2604, 2020.
- AVILA, M. L.; CALDAS, E. L.; ASSAD, S. S. Sinergia e coordenação em políticas públicas: o caso do PAA e PNAE. **Sociedade E Desenvolvimento Rural** on line. v.7, n. 3, jul. 2013.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 29 mar. 2021.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=261914>>. Acesso em: 01 de março de 2021.
- _____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://www.fnade.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>>. Acesso em: 01 de abril de 2021.
- _____. **Dados Físicos e Financeiros do PNAE**. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 01 de março de 2021.

_____. **Plan PNAE - Ferramenta de Planejamento de Cardápio**. 2018. Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/ferramentas-de-apoio-ao-nutricionista/item/12820-plan-pnae-ferramenta-de-planejamento-de-card%C3%A1pio>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____. EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. **Censo Agropecuário: Brasil tem 5 milhões de estabelecimentos rurais**. 2019a. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuário-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais>>. Acesso em 29 mar. 2021.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 01 de março de 2021.

_____. **Política Agrícola: Funcionamento e Evolução**. Audiência Pública Senado Federal. Ministério da Economia, Secretaria de Política Econômica, 2019c.

CAVALCANTI, D. M.; RAMOS, F. S. **O impacto das fiscalizações municipais pela cgu sobre a oferta de merenda escolar**. In: 46o. Encontro Nacional de Economia ANPEC, 2018, Rio de Janeiro. Anais do 46o. Encontro Nacional de Economia ANPEC. Rio de Janeiro: ANPEC, 2018.

COPETTI, L. D. e TAVARES, F. B. **Carta de apoio à execução da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios do Território da Cidadania do Baixo Tocantins-PA**. Igarapé Miri-PA: CODETER / NEDET – UFPA. 2016.

COSTA, F. A. Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, v. 23, p. 83-96, 2021.

DA SILVA, L. H.; MEDEIROS, M.; TAVARES, F. B.; DIAS, I. A.; DAS GRAÇAS FERREIRA FRAZÃO, A. PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. **Mundo Amazônico**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 17-36, 2020.

FAGOTTI, L. M. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.9, n.1 e 2. 2017.

FORNANZIER, A. **A Inserção de produtores rurais familiares em regiões de baixa dinâmica econômica para o mercado da Alimentação Escolar**. Tese (Doutorado), Universidade estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas (SP), p. 200, 2014.

GABRIEL, C. G.; MACHADO, M. S.; SCHMITZ, B. A. S.; CORSO, A. C. T.; CALDEIRAS, G. V.; VASCONCELOS, F. A. G. Conselhos Municipais de Alimentação Escolar em Santa Catarina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 971-978, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEAO, P. V.; DIAS, R. M.; FRAZÃO, A. G. F.; CAVALCANTI, C. D. T. D.; SILVA, I. R. P.; ANDRADE, M. A. Análise dos cardápios elaborados em um município do nordeste paraense. **Cadernos Saúde Coletiva**. vol. 27, n°. 3, Rio de Janeiro, Jul/Set, 2019.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019.

NEDER, H. MESQUITA, B. A. Estrutura produtiva e multiplicadores de emprego no MATOPIBA e região Nordeste do Brasil. In: **IX Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária - APDEA**. Portugal, 2019.

PARÁ. FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Pará 2030: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará**. 2016. Disponível

em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/ckfinder/userfiles/files/PARA_2030.pdf>. Acesso em 02 de fev. 2021.

_____. AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. **Agricultura é responsável por quase 40% da economia do Pará.** 2017. Disponível em: <<http://www.adepara.pa.gov.br/artigos/agricultura-%C3%A9-respons%C3%A1vel-por-quase-40-da-economia-do-par%C3%A1>>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA. Pará 2030: Balanço do primeiro ano do programa. 2017. Disponível em: <<https://www.sedeme.pa.gov.br/>>. Acesso em 13 fev. 2021.

_____. FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Relatório: PIB do Pará 2018.** 2019. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/contasregionais/261?&mes=&ano=2020>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PEDROSO, M. T. M., A agricultura familiar no Brasil. **Hortic. Bras.** vol.32 no.1 Vitoria da Conquista Jan./Mar. 2014.

REIS, A. A. **Desenvolvimento sustentável e uso dos recursos naturais em áreas de várzea do território do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense: limites, desafios e possibilidades.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: NAEA, 2015.

ROCHA, P. M. R.; DELABENETA, C.; ROJO, C. A.; FAVERO, E. O associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da comunidade de Santa Luzia/Jesuítas. **Revista De Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 07-28, 2018.

SANGALLI, A. R.; SILVA, H. C. H.; SILVA, I. F.; SCHLINDWEIN, M. M. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar em Municípios Paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 57, Nº 01, p. 049-062, Jan./Mar. 2019.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Family farming in Latin America and the Caribbean: looking for new paths of rural development and food security.** International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC - IG) UNDP, v. 137, p. 1, 2016.

SILVA, F. C.; VERANO, T. C.; CUNHA, C. A.; WANDER, A. E. A análise da comercialização institucional da agricultura familiar via Pnae no Território Rural Médio Araguaia, Goiás: possibilidades e limites da abordagem da nova economia institucional. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, p. 831-848, out./dez. 2020.

SILVEIRA, D. T., CORDÓVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E & SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, A. L. **Trabalho e Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do Baixo Tocantins.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 220 f. 2011.

TEO, C. R. P. A.; MOSSMANN, M. P.; TAGLIETTI, R. L.; TRICHES, R. M. AGRICULTURA FAMILIAR, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A GERAÇÃO DE

OPORTUNIDADES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: EXPERIÊNCIAS CATARINENSES. **Revista Grifos**, v. 49, p. 67-88, 2020.

TRICHES, R. M.; GRISA, M. ; CASSARINO, J. P. ; BACCARIN, J. G. ; TEO, CARLA ROSANE PAZ ARRUDA . Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. **REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE)**, v. 24, p. 118-137, 2019.